

Atentar para as conseqüências

Não é de boa política criar um clima triunfalista no caso da dívida externa, difundindo a idéia de que os credores — governos e bancos privados — têm a obrigação de financiar o desenvolvimento brasileiro. Normalmente, quando se criam ilusões, a decepção imposta pela volta à realidade não afeta apenas o prestígio das autoridades, mas abala a própria credibilidade das instituições. Será isso que, inconscientemente, deseja o Executivo?

Por mais que pretenda esconder os fatos, o ministro da Fazenda não pode ter deixado de assinalar ao presidente da República que em todas as capitais percorridas em seu périplo exploratório ouviu a mesma cantilena: *façam um programa razoável, aplicável, se não desejam submeter-se ao monitoramento do FMI, o que seria a solução ideal para todos*. Em vez de dedicar-se à elaboração desse plano — o mínimo que um país concordatário pode fazer para conseguir dos credores que continuam fornecendo as matérias-primas de que necessita —, o governo brasileiro decidiu dedicar-se a outro tipo de ação: convencer a opinião pública de que o único plano que não fere a soberania e a dignidade nacionais é aquele que apenas estabelece quais as taxas de crescimento compatíveis com as aspirações políticas do presidente da República, além de fixar quanto os credores devem desembolsar para financiar tais programas. Ditas as coisas com esta singeleza, parecem brincadeira de mau gosto. A realidade, no entanto, é mais contundente, pois esse raciocínio simplista, que faz do Brasil o umbigo do mundo e da comunidade financeira internacional um ente abstrato, ou, quando não, um amontoado de banqueiros sequiosos de impedir que as crianças brasileiras tomem o leite que o presidente lhes deu, é apresentado com todos os avals de autoridade necessários e veiculado no círculo dos que decidem. O Executivo parece ver as coisas em retrospectiva, inteiramente isolado da realidade econômica.

Qual é o panorama com que ele se defronta? O do Brasil pagador de juros e exportador líquido de capitais. A maneira de sanar isso, que para ele é uma iniquidade, não é saldar a dívida o mais depressa possível, mas aumentá-la, exigindo novos financiamentos e de antemão comunicando que só pagará aquilo que desejar.

Causa espanto ver que esse tipo de raciocínio — que desconhece os fatos e distorce a realidade — seja aceito como bom, e sobre ele se estabeleçam prioridades e políticas. Os prazos fatais, aos quais já fizemos referência em editorial recente, nem por um momento preocupam os responsáveis pela política econômica, nem muito menos, parece, os que decidiram que se deveria decretar a moratória. A notificação que o governo da Arábia Saudita fez chegar ao governo brasileiro por intermédio da Aramco também é vista como não-existente, pois afinal a empresa (uma das “sete irmãs”) acabou se convencendo da justiça da causa brasileira e não exigiu aval de nenhum banco internacional de primeira linha para vender petróleo. Para o Executivo, as únicas realidades existentes são a necessidade do desenvolvimento e a vontade de realizá-lo a qualquer custo. No entanto, em 31 de março, alguns bancos, sobretudo entre os bancos regionais norte-americanos, poderão decidir não voltar a participar dos acordos para renovação dos créditos de curto prazo (comerciais e interbancários). Essa disposição — absolutamente natural, pois não são todos os que compreendem ser dever dos bancos dos países ricos financiar os países pobres — poderá ser seguida por alguns grandes bancos. O caos no comércio internacional brasileiro poderá estabelecer-se, então, sem que os bancos credores quebrem. Que fará o Executivo se for confrontado com essa possibilidade? Concordará em reconhecer que o primeiro dever dos diretores de qualquer banco estrangeiro é para com seus acionistas e só depois para com

doutrinas econômicas ou políticas, tendentes a chamar sua atenção para a responsabilidade do Primeiro Mundo pelas desgraças do Terceiro?

Que acontecerá em maio, quando, por exemplo, o Citibank — pelo que se deduz de comunicado divulgado sexta-feira — lançar na conta “Créditos em liquidação” alguns débitos brasileiros sobre os quais não recebe juros desde 20 de fevereiro? A ação burocrática normal, efetuado esse lançamento contábil, é buscar receber a importância devida na Justiça. Que fará o Executivo? Aplicará sanções em represália?

Que acontecerá em 15 de julho, quando o FMI tiver de apresentar ao Clube de Paris o seu relatório sobre o desempenho da economia brasileira — relatório esse que é indispensável para que os bancos oficiais credores rolem a dívida do Brasil vencida no primeiro semestre de 1987? Se não há plano, nem política econômica, que sucederá? Tudo leva a crer, por indícios fornecidos pelo ministro da Fazenda, que se deixará de pagar, também, os membros do Clube de Paris. Será, então, a declaração de guerra ao mundo. É isso que o presidente Sarney quer? Se é, já pensou no que significa para a economia e a política?

O chefe do Executivo — e, mais do que ele, os membros do Congresso Nacional que ainda não perderam a lucidez — deve pensar nas conseqüências de uma atitude de absoluto alheamento da realidade imposta pela economia mundial. Conseqüências que serão sentidas antes de mais nada pelo setor privado. Este, pela centralização do câmbio, pelo controle do comércio exterior exercido pela Cacex e pela concentração de recursos nos bancos oficiais, está à mercê da vontade do Executivo. Haverá graves conseqüências políticas, igualmente, pois não se isola um país do mundo sem que o sistema político entre em crise e o autoritarismo triunfe. É para esse tipo de conseqüências que se deve atentar.